

O LUGAR DO SUJEITO EM A NATUREZA DO ESPAÇO, DE MILTON SANTOS

Elias Lopes de Lima

Prof. Dr. do Departamento de Geociências da UFJF. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa Espaço e Ação – NuGea. Universidade Federal de Juiz de Fora. Rua José Lourenço Kelmer, s/n - Campus Universitário, Bairro São Pedro - CEP: 36036-900 - Juiz de Fora - MG.
E-mail: elias.lopes@ufjf.edu.br

Resumo

A ausência do sujeito nos textos de Milton Santos figurou, por muito tempo, como uma das principais críticas à obra deste importante geógrafo. Em decorrência desta suposta ocultação, o autor foi constantemente qualificado ora como estruturalista ou funcionalista, ora como objetivista. Mesmo quando sua abordagem se aproxima da fenomenologia, em seu alentado livro *A Natureza do Espaço*, a ausência do sujeito manteve-se ao olhar desatento do leitor, incapaz de compreendê-lo sub-repticiamente no variado arsenal de categorias filosóficas utilizado pelo autor. O presente artigo consiste numa tentativa de identificar como alguns dos principais textos de Milton Santos, em especial *A Natureza do Espaço*, compreendem um sujeito implicado em seus postulados.

Palavras-chave: Sujeito; espaço geográfico; Milton Santos.

Abstract

The absence of the subject in Milton Santos' texts has appeared for a long time as one of the main criticism regarding the work of such an important Geographer. Due to this alleged occultation, the author has been constantly qualified either as a Structuralist or as a Functionalist, as well as an Objectivist. Even when his approach comes near the Phenomenology in his remarkable book *The Nature of Space*, the absence of the subject was kept by the distracted look of the reader incapable of understanding him surreptitiously in the varied arsenal of philosophical categories used by the author. The present article consists in an attempt of identifying how some of Milton Santos' main texts, in particular *The Nature of Space*, deal with a subject involved in his postulates.

Keywords: Subject; geographic space; Milton Santos.

Introdução

Poucos geógrafos contemporâneos conseguiram (e)levar o estatuto científico da geografia a superar as fronteiras positivistas do sistema de ciências como Milton Santos, tornando-se mesmo referência para outras áreas (não necessariamente científicas) quando o assunto é geografia. A despeito de todo o reconhecimento de sua obra, talvez o seu maior mérito seja o da constituição de um novo horizonte objetivo em geogra-

fia, um feito que poucos nomes da história desta ciência poderiam se gabar. Com efeito, sua obra contribuiu para outra visada objetiva acerca da realidade geográfica, em que pese os inúmeros estudos no Brasil e no exterior que tomam suas teses como referência.

A preocupação com o estatuto científico da geografia foi uma constante na obra de Milton Santos. Não por acaso, sua obra também é referência obrigatória quando o assunto é o objeto da geografia. O espaço geográfico em Santos é um meio geográfico histórica-

mente produzido, como prescreve a maior parte das teorias espaciais do atual paradigma de ciência geográfica, o da produção social do espaço. Meio este que é produto social ao passo que condiciona a produção social e só pode ser concebido no seio dessas relações. Como se trata de um horizonte objetivo concernente a todos os indivíduos, o espaço é para todos os efeitos um *fato*, mas, por conta de sua abrangente e recíproca determinação em relação à sociedade, também é um *fator* social, explica Santos (1978, p. 127, 128) sem disfarçar a influência durkheimiana. Sua configuração territorial, historicamente produzida, passa então a condicionar a ação de seu próprio *criador*.

Acrescido de um conteúdo em técnica e informação, o comando da ação é, sob esta perspectiva, aparentemente atribuído menos aos agentes ou sujeitos que o produzem e lhe atribuem significado do que ao todo estruturado da configuração territorial. O espaço é assim a “combinação complexa e dinâmica que tem o poder de deformar o impacto da ação. É como se a flecha do tempo se entortasse ao se encontrar com o espaço”, vai discorrer Santos (*idem*, 1996, p. 76) com rara riqueza de argumentos, indagando-se, inclusive, se não estaríamos diante de um determinismo de tipo novo, “um neodeterminismo do espaço artificial” (*ibid.*, p. 198). Utilizando de uma prolixa retórica, Santos vai insistir nesta assertiva recorrentemente (*ibid.*, p. 170, 176 et seq.).

A ideia de objeto espacial orientada para esta determinação objetiva sobre o homem subverte a ideia mais razoável do objeto em si mesmo, a de que ele consta como uma inerência humana e, portanto, a de uma implicação inalienável entre sujeito e objeto. O espaço entendido como uma forma-conteúdo tendo a técnica como vetor de seu movimento e transformação, caracterizado ainda pela indissociabilidade entre um conjunto de sistemas de objetos e um conjunto de sistemas ações, parece dispensar um agente enquanto sujeito ativo dessas mudanças, porquanto o sistema de ações estaria subjacente aos objetos espaciais.

Tudo se passa como se os objetos espaciais assumissem vida própria, dotando o espaço de autossuficiência, como se lhe fosse possível prescindir de uma ação humana, propriamente dita. Se o espaço, o objeto da ciência geográfica, assume o comando das ações, teria o homem subsumido a um objeto? Embora se reconheça o papel do homem no discurso geográfico, é como se o sujeito parecesse um objeto à parte do próprio homem. “O homem é a fantasia desse discurso, o sujeito suposto”, considera a propósito Le Breton (2006, p. 10). Sem dúvida a configuração espacial impõem determinações que podem orientar a ação,

mas daí a admitir que o espaço por si somente a aciona seria dirimir a “combinação complexa e dinâmica” da própria ação, como alude Santos acima.

A ausência do sujeito nos textos de Milton Santos figurou, por muito tempo, como uma das principais críticas à obra deste importante geógrafo. Em decorrência desta suposta ocultação, o autor foi constantemente qualificado ora como estruturalista ou funcionalista, ora como objetivista. Mesmo quando sua abordagem se aproxima da fenomenologia, em seu alentado livro *A Natureza do Espaço*, a ausência do sujeito manteve-se ao olhar desatento do leitor, incapaz de compreendê-lo sub-repticiamente no variado arsenal de categorias filosóficas utilizado pelo autor. O presente artigo consiste numa tentativa de identificar como alguns dos principais textos de Milton Santos, em especial *A Natureza do Espaço*, compreendem um sujeito implicado em seus postulados.

O sujeito entre objetos e ações, técnica e tempo, razão e emoção

A busca por determinados critérios de justificação científicos atrelados à renovação do método e do discurso geográficos, há muito engessados pelos procedimentos formais e positivistas da geografia tradicional, conferiram ao espaço o atributo de objeto geográfico por excelência. Um atributo que já era válido no contexto neopositivista,¹ mas que a partir do movimento de renovação crítica na década de 1970 ganha um *status* epistemológico, isto é, de crítica acerca de seus próprios fundamentos teórico-conceituais e metodológicos.

Santos (*idem*, 1978, p. 113) considerava inclusive que

quando se está mais preocupado com a geografia em si mesma como ciência formalizada e pouco ou nada com aquilo que é, na realidade, seu objeto de estudo, ou seja, o espaço, corre-se o risco de cair no erro condenado por Durkheim em relação aos sociólogos de seu tempo, o erro de trabalhar mais ou menos exclusivamente com conceitos do que com as coisas.

No entanto, seria prudente observar que quando se está mais preocupado com o objeto do que com as relações e os processos que lhe dão vida, *corre-se o risco de trabalhar exclusivamente com coisas do que*

¹ Corrêa (2009, p. 20) observa que a categoria espaço aparece pela primeira vez na história do pensamento geográfico como um conceito chave da disciplina, através dos trabalhos teórico-quantitativos de Schaefer, Bunge, Ullman e Watson.

com os homens. Não que este seja o caso do autor em apreço. Dificilmente Santos poderia ser acusado de não contemplar as relações e os processos em seus trabalhos. Poderia, entretanto, ser acusado de não reservar um lugar aos sujeitos em seus textos?

A aparente ocultação do sujeito nos trabalhos teóricos de Santos contribuiu para que sua obra fosse qualificada por alguns críticos como estruturalista, outros ainda como funcionalista, em que pese o fato deste autor, em dado momento, considerar o espaço, além de um fato social e um fator social, também uma instância social (ibid., p. 141), atribuindo-lhe por vezes um papel coercitivo às ações humanas. A ideia de uma objetividade estruturada determinante do agir humano é, pois, o principal alvo desta crítica. Como que em resposta a essas acusações, Santos (1988, p. 35) escreveria que "(...) o geógrafo seria funcionalista se levasse em conta apenas a função, estruturalista se apenas indicasse as estruturas sem reconhecer o seu movimento histórico ou a relação social sem o conhecimento do que o produziu". A propósito, Moreira (2000, p. 33) observa, com base num balanço sobre o período de "renovação" da geografia, que não se consolidou efetivamente uma escola estruturalista em geografia.

Não obstante, ressaltamos, *a ausência do sujeito na obra de Milton Santos é tão somente aparente*. Reconheçamos, este autor é sempre mais enfático em afirmar a subordinação das ações humanas à racionalidade dos objetos técnicos, estes programando ações informadas para aqueles – informa-ações. Mas se Santos não negligencia de todo o sujeito, ele, contudo, o vê subjacente a um imperativo objetivo. E ele estava, em parte, correto em fazê-lo, considerando, então, a carência e a urgência de um corpo teórico em bases objetivas em geografia. Mais que isso, a lucidez de suas teses põe a nu uma realidade objetiva referendada por um saber pragmático determinado pelas forças sociais dominantes e que, por conseguinte, dela se servem para intervir, transformar e manipular os horizontes do agir humano. Santos reconhece, inclusive, que o espaço tomado como um corpo objetivo universal põe de lado os sujeitos, porque é isso que uma concepção de espaço aplicável, supostamente, a todas as situações geográficas consiste: o espaço como um sistema de relações. Vale ressaltar, todavia, que não era sua proposta reconhecer um sujeito em suas análises – isto está mais do que claro.

Em última análise, porém, o sujeito aparece de forma velada e sob múltiplos matizes em alguns de seus últimos trabalhos, notadamente em *A Natureza do Espaço*: o uso de categorias tomadas de empréstimo da fenomenologia, do existencialismo e de outros campos

filosóficos e das humanidades, como o evento, a intencionalidade, a totalidade, a temporalidade e a tentativa de problematizar uma ontologia do espaço, mesmo que de forma oculta (BITETI, 2007, p. 54) expressa algumas formas, ainda que implícitas, de compreensão do sujeito em seus trabalhos. Que valha mencionar alguma influência do "pacto iluminista" firmado entre a ciência e a metafísica (leia-se Igreja) no limiar da modernidade, segundo o qual a ciência se encarregaria da natureza e das questões de fato enquanto a filosofia ficaria a cargo das questões humanas e de significado. A emergência das ciências humanas, um pouco mais tarde no século XIX, autoriza a compreender o homem como um "duplo empírico-transcendental" (FOUCAULT, 2007, p. 445), imagem essa que parece cair muito bem à geografia.

Certamente, o sentido de homem e, por conseguinte, o de sujeito, enveredam-se por esses meandros em geografia, sem com isso querer defender uma influência foucaultiana ou pós-estruturalista na obra de Santos e muito menos na geografia como um todo, longe disso. Para todos os efeitos, trata-se de uma imagem arquetípica singularmente moderna: a que joga com substâncias ou conteúdos aparentemente contrários – empírico e transcendental, tempo e espaço, corpo e espírito, sensibilidade e razão e por aí segue.² Veremos um pouco mais adiante que os postulados de Milton Santos não fogem a essas contradições. E não poderiam, mesmo se autor pudesse optar em não reproduzi-las, sob o risco de camuflar as próprias contradições do real.

A despeito desses imbróglios, o sujeito comparece igualmente velado em algumas obras de Milton Santos a partir de algumas propostas teórico-conceituais construídas pelo próprio autor: a noção de psicofera associada à de tecnofera; a recorrente concepção de um tempo espacial que empresta temporalidade à natureza do espaço; a elaboração, ainda que inconclusa, da noção de "território usado"; a compreensão de temporalidades lentas contrastadas às ações hegemônicas. Tais construções conceituais expressam um sujeito tácito eminentemente propositivo em seu edifício teórico-conceitual.

Não se pode atribuir a este importante geógrafo a ausência do homem numa teoria espacial da ação. Sustentar que Santos não contemplou explicitamente o sujeito em suas análises não significa o mesmo que dizer que ele não reconheceu o papel ativo e transformador do homem na reprodução do espaço. Em vários pontos de sua obra ele o reafirma segundo tal. "A ação é o próprio do homem" (SANTOS, 1996, p. 67), não vai

² A propósito, um interessante debate acerca desse dualismo tipicamente moderno se encontra no livro de Gomes (2007), *Geografia e modernidade*.

cansar de afirmar utilizando outras palavras, admitindo inclusive que a ação tem como pressuposto a corporeidade (ibid., p. 65), esta que é uma condição para a materialização dos sujeitos enquanto atores sociais.

No livro *Por uma Geografia Nova*, Santos até mesmo arrisca uma ou outra consideração sobre do sujeito: “o sujeito é, ao mesmo tempo, um ser objetivo e um microcosmo, o encontro entre a objetividade da coisa (ou a coisa objetivada) e a subjetividade do seu decifrador permite uma variedade de percepções” (idem, 1978, p. 68, 69). Esta variedade perceptiva, porém, não é assim tão dispersa em razão do concurso da intersubjetividade no edifício de objetivação das coisas. O que convoca os mais variados sujeitos que partilham uma dada experiência a uma espécie de *consenso* objetivo – consenso este, todavia, permeado por relações de forças assimétricas e por um dinâmico complexo de determinações ideológicas.

Em *A Natureza do Espaço*, Santos esboça alguns traços acerca do sujeito sustentando a relevância do evento para conciliar uma teoria da ação com uma teoria do objeto e conclui que “não há evento sem sujeito” (idem, 1996, p. 117). A propósito, o evento é a principal categoria utilizada por Alain Badiou (1994) para caracterizar o caráter indiscernível do sujeito. De acordo com este filósofo, o sujeito corresponde ao teor imponderável e aleatório dos eventos, o que o caracteriza como algo que não se pode discernir objetivamente, que não se pode nomear ou entrever qualidades de qualquer natureza, pois o evento que o motiva é da ordem do acaso. Tão logo objetivemos o sujeito, ele se esvanece enquanto tal. Não que o sujeito seja compreendido à parte de sua implicação objetiva, senão de uma relação objetiva contingente, por vezes reificada, isto é, tornada “coisa” a partir dos processos de alienação.

O uso da categoria evento já seria motivo mais que suficiente para sustentar um *lugar* do sujeito na obra de Milton Santos, considerando que o sujeito comparece menos de forma explícita e objetiva do que de maneira velada ou tácita.

Em face de um meio geográfico de conteúdo técnico-científico informacional (SANTOS, 1996, p. 190) de alto teor pragmático e utilitarista, os objetos alcançam extrema especialização e eficácia, submetendo, assim, o sujeito a uma ação cuja intencionalidade está para uma escala de origem que não a escala de impacto em que tal ação se desencadeia (ibid. p. 121), “ação comandada de fora que leva a construir uma história através de práxis invertidas” (ibid. p. 181). Inverte-se assim a trajetória dos investimentos intencionais. A intencionalidade *encarnada* na concretude e no conteúdo

em informação³ do espaço impõe ao sujeito uma ação de igual teor pragmático, tornando possível manipular o agir humano. Diríamos que tal determinação tem por princípio básico a disposição programada dos objetos para antever e intervir na distribuição dos corpos, ensejando assim as formas matriciais do arranjo espacial. A informação é, neste sentido, embasada tanto pela localização do objeto como pela sua extrema carga de intencionalidade.⁴

Mas a intencionalidade é um atributo da dialética entre a necessidade e a liberdade humana, e não exclusivamente da consciência representativa, como convém à fenomenologia, em especial a husserliana.⁵ Se nos ativéssemos ao fato de que a necessidade deriva de negatividades,⁶ logo, de elementos que a satisfaçam, ter-se-ia implícito um indício, que seja, para um expediente prático na teoria da intencionalidade não levado em conta pela fenomenologia, já que a intencionalidade desta, ressaltemos, é pura atitude essencialista. Entrever a intencionalidade sob o prisma das contradições da vida prática permite assim acessar camadas do real não implicadas na perspectiva fenomenológica.

Não obstante, os objetos não possuem necessidades próprias – senão funcionalidades programadas – de modo que se encontrassem impelidos a mobilizar meios de satisfazê-las. Quando o objeto eventualmente se passa por sujeito é porque lhe atribuímos inadvertidamente este papel por consequência de uma determinação ampliada da síntese objetiva, que em linguagem marxiana chama-se alienação. Alega-se, assim, que “o Norte subordina o Sul”, que “o asfalto segrega a favela”, que “o espaço se reproduz”, quando seriam mais propriamente certos agentes sociais que estão por trás desses feitos e realizações. Não é nada casual ocorrer, nessa perspectiva, o que Lacoste (1997, p. 65) qualifica como “geografismo” em alusão a um recorrente fetichismo do espaço.

³ “Concretude e conteúdo em informação são, juntos, sinônimos de intencionalidade na sua concepção, isto é, da busca de adequação entre a estrutura, a natureza interna do objeto e a função a que se destina, essa extrema adaptação a uma ação planejada que torna possível sua exatidão e eficácia” (ibid., p. 174).

⁴ “(...) graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles [os objetos técnicos] já surgem como informação” (ibid., p. 190).

⁵ Para Husserl (2001, p. 51), a intencionalidade consiste na propriedade da consciência de “ser consciência de alguma coisa, de conter, em sua qualidade de *cogito*, seu *cogitatum* em si mesma”.

⁶ “Necessidades que são negatividades (a fome é *falta de alimento*, a sede *falta de bebida*, o frio *falta de calor*, a ignorância *falta de saber cultural*, etc.) que devem ser negadas por elementos que a satisfaçam (o alimento *nega* a fome: negação da prévia negação ou afirmação da vida)” (DUSSEL, 2007, p. 26).

Mas os objetos não possuem em si mesmo necessidades, senão funcionalidades para atender as necessidades humanas. Funcionalidade esta que também deriva de necessidades de todos os tipos: materiais, econômicas, sociais, morais, afetivas e até espirituais. Isto não torna a intencionalidade um sinônimo de funcionalidade. Santos não parece disposto a elucidar esta distinção e assume a funcionalidade do objeto como se fosse uma intencionalidade de fato, pelo que sustenta que “a perda do sujeito se daria na própria coisa que começou por possuir, e que agora absorve o senhor que havia pensado controlá-la” (SANTOS, 1996, p. 74). Uma leitura precipitada levaria a entender que o objeto se inclina intencionalmente para outro objeto, quando este movimento é tão somente uma prerrogativa da consciência humana, tal qual prescreve o princípio husserliano da intencionalidade, referência esta, aliás, citada por Santos (ibid., p. 72).

Um objeto não tem, em si mesmo, consciência de maneira a poder inferir, a partir de sua determinação, uma intencionalidade. A intencionalidade objetiva alegada por Santos é, assim, derivativa de sua funcionalidade, o atributo utilitarista que prescreve um código ou padrão que pode influir num comportamento ou ação previsível por parte do sujeito. Cumpre destacar, porém, que embora a intencionalidade seja uma qualidade inerente aos homens e mulheres não significa que seja algo inato e intrínseco ao sujeito. Santos (ibid., p. 74) acerta em cheio ao explicar que “a intencionalidade seria uma espécie de corredor entre o sujeito e o objeto”. Dando provas do sujeito em seu sistema teórico, reconhece ele próprio o que muitos de seus críticos não queriam ou não podiam reconhecer. Estaria o autor objetando sua própria tese, caso fosse ele de fato estruturalista? Ou estaria deixando pistas, ainda que indeliberadamente, do caráter implícito do sujeito em seu pensamento? A categoria da intencionalidade é uma evidência irrefutável da caracterização de um sujeito na teoria do espaço de Milton Santos.

Mas a presença do sujeito nos textos de Santos não se limita ao horizonte da intencionalidade ou à do evento. Ela também pode ser apreendida a partir do que o autor qualifica como uma empiricização do tempo. Equiparando tempo e espaço por meio das presentes formas da paisagem, Santos desloca a concepção de espaço de um domínio metafísico – o espaço é, para todos efeitos, uma categoria da teoria do conhecimento – para uma realidade prática, notadamente geográfica. Para fins práticos, o espaço é, por meio de seus recortes (território, região, lugar, paisagem), um objeto operacionalizável, conforme as exigências do novo modelo de ciência geográfica, cujo movimento de renovação teve em Santos um dos principais proponentes.

Os objetos estariam, sob esta perspectiva, em conformidade com o conteúdo histórico-produzido do espaço, a despeito de um outro (na verdade, o mesmo) conteúdo impregnado de técnica e informação. De mera exterioridade, no que reflete o perfil corológico da tradicional leitura geográfica de mundo (calcada no ideal de superfície terrestre), os objetos e/ou as formas da paisagem estariam, em sua materialidade mesma, imbuídos de valoração histórica.

A reboque desta espaço-temporalidade, subjaz uma dada compreensão do sujeito em razão do caráter histórico imanente à totalidade que esta leitura supõe. Tudo se passa como se o espaço concedesse préstimos de sentido à totalidade e tudo o mais lhe devesse um significado subjacente, numa alusão a um movimento histórico ininterrupto que submete as partes ao todo e vice-versa, em todo caso determinando um sujeito de tipo específico.

O caráter temporal pregnante do movimento da totalidade e reconhecido por Santos é, neste sentido, fundamental para a compreensão do sujeito. Não exatamente porque vigore uma temporalidade subjacente à interioridade humana como um legado da tradição kantiana, ainda a interrogar em nosso íntimo algumas de nossas concepções mais elementares, como a de tempo e de espaço (interioridade e externalidade, respectivamente), mas porque a apropriação objetiva dos conteúdos até então informes (sem formas objetivas) do real pelo sujeito se dá de maneira progressiva. Este dado abre perspectivas para que a leitura corológica em geografia se reorienta a partir de sua própria determinação objetiva para uma relação que, a um só tempo, admita o sujeito e lhe atribua caráter objetivo, porquanto se considere a possibilidade de empiricizar a temporalidade imanente ao sujeito a partir da realidade corpórea e de seu enraizamento espacial.

A abordagem do corpo permite entrever tanto um domínio histórico-produzido, que pode ser relacionado ao processo de *autopoiesis* do homem no curso de sua existência, quanto às formas simbólicas atinentes às ideias, crenças, paixões, imaginário. Todas essas efusões subjetivas e muitas outras compõem a psicosfera, domínio do agir humano de grande carga simbólica que age sempre em conjunto com a tecnosfera. Ambos, tecnosfera e psicosfera, são redutíveis um ao outro, explica Santos (ibid., p. 204), pelo que faz intervir o condicionamento de novos comportamentos. Ambos os domínios reservam um campo de investigação formidável (grande parte ainda por ser explorada) para os estudos geográficos a propósito da reprodução do espaço.

Mas se o geógrafo pouco trabalha com o simbólico, perde-se de vista este horizonte de possibilidade de produção do espaço. E quando trabalha neste plano, não raro, tem dificuldades de compatibilizá-lo com as categorias e os métodos geográficos, o que o impede de fazer as mediações metodológicas necessárias. Muitas vezes ele refaz o caminho inverso: adequa as tipologias geográficas aos métodos da semiologia, da iconografia, da linguística e áreas afins. É o caso de boa parte dos estudos setorializados empreendidos pela geografia humanista, que, por sua natureza introspectiva e pouco afeita à totalidade, não compreende um sujeito (enquanto qualidade criativa do homem) implicado em meio à objetividade, senão sob a rubrica do individualismo fenomenológico.

Em alguns casos, muito pontuais é verdade, o sujeito ganha uma ênfase tal na pena de Santos que o leitor desatento para este *imprevisto* fica um tanto desorientado, pois a sua leitura pré-concebida de um estruturalismo nos textos de Santos também é, com efeito, uma inferência igualmente pré-concebida. Argumentando sobre a impossibilidade de o objeto anteceder o sujeito, Santos vai escrever: “a afirmação segundo a qual o objeto, independente do sujeito que conhece, precede nosso pensamento é apenas relativamente verdadeira: se o objeto realmente precedesse nosso pensamento não poderíamos nomeá-lo” (ibid., p. 55).

Nas últimas páginas de *A Natureza do Espaço*, o autor, enfim, explicita o que até então estava tacitamente entendido: “Os sistemas de objetos, a espaço-materialidade, formam as configurações territoriais, onde a ação dos sujeitos, ação racional ou não, vem instalar-se para criar um espaço” (ibid., p. 234). Embora afirme que os sujeitos sucedam a formação das configurações territoriais, Santos não lhes furta a prerrogativa da ação, pelo que a ideia de território usado (idem, 2001, p. 19) é fragrante. Mas é importante compreender que a formação desse todo estrutural que é a configuração territorial não é de todo estranha aos sujeitos, porquanto ele está colocado de maneira implícita, ou seja, subentende-se que a produção do espaço é uma prerrogativa humana que, a *posteriori*, reincide em sua realidade objetiva *ocultando* esta imanência. Este dado constando certamente como um pressuposto ontológico em Santos, embora ele não o admita nesses termos.

Por fim, Santos chamou a atenção para um fenômeno da maior relevância para a discussão em apreço: o da emergência de um “tempo lento” (idem, 1996, p. 260) concernente a ação de alguns atores sociais que vivem à *margem* de razão instrumental objetiva de conteúdo informacional. Afirmando categoricamente que “a força

dos fracos é o seu tempo lento”, Santos (1994, p. 81) ressalta o protagonismo de alguns atores sociais que sobrevivem à margem do sistema capitalista e a contrapelo das forças hegemônicas da sociedade, construindo formas alternativas de subsistência qualificadas pelo autor como contra-racionalidades (idem, 1996, p. 247).

O “tempo hegemônico” seria, por assim dizer, o tempo das finanças e das cirandas especulativas, o “tempo real” do fluxo de dados via redes de teleinformática, do *just in time* dos grandes circuitos da produção mundial, tempo da efemeridade das relações de consumo, o tempo da escala de decisão das ações, tempo das verticalidades, da erosão do pertencimento, da solidariedade e da utopia. Contrasta em velocidade e conteúdo com o tempo das horizontalidades, da contra-hegemonia, da cultura popular, dos gêneros de vida de regime de subsistência, dos homens e mulheres comuns, dos modos de vida e discursos vernaculares, de estratégias de sobrevivência de favelados e indigentes, do bem-estar e do interesse comuns, da solidariedade e de *toda poesia*.

O autor destaca, assim, o papel diletante dos pobres nas grandes metrópoles sob o primado de um modo de produção que se desenvolve *envolvendo* desigualmente significativa parcela da população mundial numa divisão do trabalho de dimensões globais, qualificada, a partir da inserção desses *homens de tempo lento*, como “divisão proteiforme do trabalho” (ibid., p. 260). Trata-se de formas alternativas de reprodução do espaço geográfico, que buscam subverter as determinações de agentes e vetores (técnicos, científicos, políticos, normativos etc.) externos à escala de impactos das ações. Mais do que sujeitos da produção do espaço, os homens de tempo lento são, seguramente, “usadores” do território.

Considerações finais

Muito embora se trate de um autor contemporâneo, Milton Santos pode perfeitamente ser considerado um clássico da geografia,⁷ porém menos pela longevidade de suas ideias (já que se trata de autor contemporâneo) do que pela força e complexidade de seus argumentos e principalmente porque, a exemplo de toda grande obra clássica, seus textos têm suscitado novas interpretações.

⁷ Num texto de abertura de uma densa coletânea de escritos de Paul Vidal de La Blache, Haesbaert (2012, p. 185) argumenta que um autor se torna um clássico quando, entre outras coisas, “permite leituras renovadas, sempre enriquecedoras, de modo que sua obra se caracterize como múltipla e interdisciplinar, e quando alimenta polêmicas que extravasam os restritos limites de seu tempo”.

A compreensão de um sujeito implicado em seu edifício objetivo é apenas uma dentre tantas outras dessas possibilidades de reinterpretação. Embora no grosso de sua obra, a ação, de um modo mais geral, esteja submetida a uma determinação instrumental, funcional e objetiva, ainda assim se verifica aqui e ali um sujeito velado por trás do denso arsenal de categorias filosóficas de que se utiliza e de formas alternativas de reprodução do espaço geográfico.

Em sua obra de referência, *A Natureza do Espaço*, o sujeito comparece, na maior parte dos casos, de forma velada, implícito a partir da animação que algumas noções filosóficas como evento, intencionalidade, totalidade, temporalidade, dentre outras, emprestam ao seu edifício objetivo. Noções essas que autorizam um sujeito tácito menos por não serem propriamente construtos objetivistas (uma essência impessoal) do que pela margem de inconstância e indiscernibilidade característica da abordagem filosófica. Não significa entender que haveria um sujeito subentendido em decorrência de alguma justificação filosófica, como se o antigo pacto iluminista entre ciência e metafísica ainda fosse vigente. Mas sim que esses conceitos estariam de acordo com o que Slavoj Žižek (2008, p. 31, 32) chama de “lacuna paraláctica”⁸ e que nós optamos por qualificar, alhures, de conteúdo profenomenal da experiência (LIMA, 2013).

Não obstante este caráter tácito do sujeito, por vezes o mesmo comparece explicitamente encarnado nos atores sociais protagonistas de determinadas contra-racionalidades, os quais o autor qualificou genericamente de “homens de tempo lento”. Não é casual que, em seus últimos textos, a ênfase no território usado, e não no território em si mesmo (SANTOS, 2001), reforce a importância do lugar num contexto de globalização e de formas alternativas de existência ao nível da escala de impacto das ações. A impressão que se tem é que o autor retoma a teoria do valor marxiana à luz das práticas territoriais, num horizonte objetivo em que o “território usado” seria o correlato geográfico do valor de uso, no âmbito da economia política marxiana, confrontado dialeticamente com o “território em si mesmo”, por sua vez, correspondente ao valor de troca na qualidade de uma forma objetiva fantasmagórica (MARX, 2013).

⁸ “O que é essa nova dimensão que surge na lacuna propriamente dita? É (...) a maior das paralaxes, o terceiro espaço entre os fenômenos e o nùmeno propriamente dito, é a liberdade/espontaneidade do sujeito, que, embora naturalmente não seja propriedade de uma entidade fenomenal e, sendo assim, não possa ser descartada como uma aparência falsa que esconde o fato numenal de que estamos totalmente presos numa necessidade inacessível, também não é simplesmente numenal” (ibid., p. 39).

Tudo se passa como se houvesse duas frentes de ação do sujeito que se expressam dialeticamente em suas implicações objetivas (psicosfera e tecnosfera aqui; intencionalidade e funcionalidade ali, verticalidades e horizontalidades acolá, território usado e território em si alhures, e assim por diante), como não poderia ser diferente.

O primeiro plano corresponde a uma esfera mais geral, dado o teor de objetividade que lhe constitui, trespassada pelo primado de um sistema de objetos em mútua determinação com um sistema de ações de cujo princípio norteador, em termos fenomenológicos e ontológicos, encarrega-se um sujeito velado, implícito em suas determinações genéticas concernentes ao desencadeamento de todo o processo, porquanto nossa concepção ontológica de mundo, predominantemente objetivista e cartesiana, não nos autoriza compreender. Trata-se, para todos os fins, de um sujeito indiscernível, do acaso, contingente.

O segundo plano corresponde a uma esfera imanente, situada ao nível da corporeidade, em que o sujeito, agora explícito (o homem-lento ou os grandes agentes da economia global, estes últimos não tão corporificados assim), de posse de suas faculdades ativas se põe a agir por *sobre* a configuração territorial, fazendo *uso* do território conforme as determinações histórico-materiais expressas em sua condição de classe, de posse, de consumidor, de cidadão assim o autorizar, em tudo fazendo retroagir a reprodução dessas mesmas determinações. Trata-se, neste caso, de um sujeito discernível, objetivado, inteligível, aquilo que se convencionou chamar de agentes sociais.

O que nos autoriza a depreender um sujeito indiscernível não é exatamente uma oposição radical entre a realidade ignota e a realidade objetiva, mas sim o fato de que os conteúdos que o justificam estão disponibilizados na própria experiência que o institui como sujeito discernível. Santos depreende estes conteúdos, enquanto formas-conteúdo, a partir do tensionamento entre as inúmeras contradições exploradas ao longo de sua obra: circuito inferior e superior da economia, fixos e fluxos, espaço-rede e espaço banal, sistemas de objetos e sistemas de ações, horizontalidades e verticalidades, território usado e território em si, razão e emoção... A lista parece interminável.

O problema a esta altura, porém, não está exatamente em reconhecer ou não um sujeito na obra de Santos, mas sim o de entrever as condições objetivas (geográficas) que autorizam sua ação como consequência de sua qualidade criativa, dado este que o confirma enquanto sujeito corporificado. O problema é que, mesmo quando verificados em termos de corpo-

reidade, homem, sujeito e corpo comparecem, sob as condições ontognosiológicas disponíveis, como coisas completamente distintas entre si.

A concepção de espaço como um híbrido, proposta por Santos (1996, p. 204), parece ser, de outro modo, reveladora da ideia de sujeitos corporificados igualmente como híbridos. Considerar o corpo como uma unidade híbrida reunindo, a um só tempo, atributos de sujeito e objeto vai ao encontro de uma geografia viva atenta tanto às escalas de decisão das ações quanto às escalas de impacto das ações, subjacente tanto ao campo das verticalidades quanto ao das horizontalidades, afeita tanto ao território em si mesmo quanto ao seu uso, franqueada tanto aos objetos do pensamento geográfico quanto aos sujeitos do *fazer* geográfico.

Referências bibliográficas

- BADIOU, Alain. **Para uma Nova Teoria do Sujeito**. Rio de Janeiro: Relume-Damará, 1994.
- BITETI, Mariane de Oliveira. **Uma Reflexão sobre o tema da Ontologia em Geografia**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- CORRÊA, Roberto Lobato. "Espaço, um Conceito-chave em Geografia". In: CASTRO, Iná Elias de *et al.* (orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- DUSSEL, Enrique. **20 Teses de Política**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- LACOSTE, Yves. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 1997.
- HAESBAERT, Rogério. "Vidal e a multiplicidade de abordagens regionais". In:
- HAESBAERT, Rogério *et al.* (orgs.). **Vidal, vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- HUSSERL, Edmund. **Meditações Cartesianas: introdução à fenomenologia**. São Paulo: Madras, 2001.
- LE BRETON, David. **A Sociologia do Corpo**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- LIMA, Elias Lopes de. **Encruzilhadas geográficas: notas críticas sobre a compreensão do sujeito em geografia**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MOREIRA, Ruy. "Assim se Passaram Dez Anos (a Renovação da Geografia no Brasil no Período 1978-1988)". **GEographia**, Niterói: PPGeo/UFF, ano II, nº. 3. pp. 27-49, 2000.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a geografia crítica**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.
- _____. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- ŽIŽEK, Slavoj. **A Visão em Parallaxe**. São Paulo: Boitempo, 2008.